

Assembleia aprova as contas de 2019 e 2020 do SINDSEP-MG



No último dia 16/07 foi realizada a Assembleia Extraordinária de Prestação das Contas do SINDSEP-MG dos anos de 2019 e 2020. Tendo em vista a pandemia, a prestação de contas só pode ser realizada agora e ainda de maneira virtual, a fim de evitar aglomerações e garantir a saúde e a integridade física de filiados (as), diretores (as) e funcionários (as).

A Coordenação da Assembleia ficou por conta do Conselho Fiscal, composto por Francisco Saldanha, Ivone Rocha e Sérgio Carregal, juntamente com o gerente administrativo do SINDSEP-MG, Jones Pinheiro e o Contador do sindicato, Rodrigo Brandão. Iniciada a Assembleia, Francisco Saldanha leu o relatório referente às contas dos anos 2019 e 2020 e prestaram os esclarecimentos pedidos pelos filiados (as).

Ao final da assembleia, o parecer do Conselho Fiscal recomendando a aprovação das contas do SINDSEP-MG, dos anos de 2019 e 2020 foi aprovado por 14 votos (a favor), 06 (contra) e 04 (abstenções). Ficou definido também que será feito um levantamento de todos os questionamentos apresentados durante a assembleia e respondidos, posteriormente, à categoria.

Servidores das Três Esferas se unem contra PEC 32 da reforma administrativa

Nos dias 29 e 30 de julho será realizado o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público Municipal, Estadual e Federal, que vai discutir estratégias e organizar uma mobilização nacional para derrotar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, da reforma Administrativa. Já estão sendo realizados encontros municipais e estaduais para debater o tema.

A proposta tem enorme impacto nas três esferas dos poderes executivos, legislativos e judiciário, com prejuízo para os servidores e também para a população que precisa de serviço público e de qualidade. Segundo o Dieese, se a proposta for aprovada, os concursos públicos não serão mais priorizados como instrumento de seleção de pessoal, a estabilidade dos servidores civis estatutários não será mais garantida, os salários serão mais baixos e atividades poderão ser transferidas para a iniciativa privada.

A PEC também afrouxa a regra para ocupação de cargos de confiança, eliminando restrições constitucionais existentes e, com isso, abre margem para indicações políticas de pelo menos mais 207 mil pessoas do que atualmente. Isso significa que os políticos poderão indicar amigos e parentes para cargos de confiança e assessoria se a PEC 32 for aprovada.

E é em defesa do serviço público e dos trabalhadores que os representantes dos servidores e servidoras vão construir, no encontro que será realizado no fim do mês, a luta contra a PEC 32 com foco nas três esferas.

Precisamos ampliar o debate e discutir estratégias contra a aprovação da PEC 32 e para isso contamos com mais de 12 milhões de trabalhadores. Desses, 68% são municipais, 20% estaduais e 10% federais.

De acordo com o secretário de Finanças da Condsef, o encontro vai discutir também a realização de um ato nacional no mês de agosto, junto com ato que está sendo organizado pela CUT e demais centrais com pauta mais ampla – pelos R\$ 600 até o fim da pandemia, em defesa do SUS, contra as privatizações e pela geração de emprego.

Ampliar a pressão sobre os parlamentares

Para derrotar a PEC é preciso repercutir no Congresso Nacional e isso só será possível com unidade das categorias e pressão nas cidades onde vivem os parlamentares. Precisamos pressionar os deputados e senadores em suas bases, onde eles têm voto, que é onde eles sentem o peso dos votos que dão contra os trabalhadores e contra a população.

O momento pede intensificação da pressão entre os indecisos ou favoráveis à PEC 32/2020. É preciso focar em bancadas que ainda não tenham uma posição unificada. É geralmente nesses partidos que estão os indecisos ou favoráveis à PEC 32/2020. É importante reforçar, ainda mais, a pressão nos estados e municípios, com o apoio das Centrais Sindicais e das grandes categorias, como Saúde e Educação.

Desmistificar as mentiras do governo

Além da preocupação com o desmonte e a precarização do serviço público é preciso também combater o discurso contaminado do governo. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, na audiência pública da Comissão Especial designada para analisar o mérito da PEC 32/2020, disse, entre outras mentiras, que a proposta vai digitalizar o serviço público. A proposta 32/2020 não trata disso.

Outra questão importante é desmentir os argumentos do governo de que os "servidores públicos ganham muito" e de que "comparada a outros países, a máquina pública brasileira está inchada". É preciso escancarar esses números para desmontar esse discurso mentiroso.

Avaliação de desempenho de servidor será baseada em metas e desligamento ocorrerá em último caso

Um dos projetos mais aguardados no âmbito da reforma administrativa é o de avaliação de desempenho de servidores. O texto, segundo a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, está sendo elaborado e não há previsão de data para chegar ao Congresso, pois essa decisão "depende ainda de discussões internas em várias instâncias". No entanto, algumas bases já foram traçadas: a medida — que servirá de modelo na União, estados e municípios — será baseada em metas, de acordo com o órgão.

Quanto ao desligamento do funcionário público, essa possibilidade somente será concretizada em último caso. "A perda do cargo público só ocorrerá em caso de reiterado desempenho insuficiente, e não em decorrência de um único período de avaliação", informou a secretaria.

Os parâmetros que serão estipulados para a análise do desempenho dos servidores têm sido motivo de preocupação do funcionalismo de todo o país. Sobre isso, a secretaria garantiu que serão estabelecidos critérios objetivos para avaliar o profissional.

"Em grande parte, a avaliação estará ancorada na avaliação de metas definidas previamente ao período avaliativo, a partir de critérios objetivos", detalhou.

Segundo as informações, o cumprimento delas será acompanhado no decorrer do período, "havendo a obrigatoriedade de registros durante todo o ciclo avaliativo e contando, ainda, com uma avaliação parcial, para fins gerenciais, ou seja, para verificar os resultados e definir ajustes de rumo, se necessário, sem implicação no resultado final da avaliação".

Ampla defesa

A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal destacou que ficam assegurados, ainda, o contraditório e a ampla defesa, "com mecanismos para apresentação de reconsideração e recurso", em caso de discordância do resultado da avaliação.

Estudos dentro e fora do país

O modelo de avaliação de desempenho no serviço público brasileiro elaborado pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia "está ancorado em estudos e benchmarkings realizados em âmbito nacional e internacional", ressaltou a pasta.

O projeto também vem sendo construído a partir de algumas premissas. Segundo a secretaria, são elas: foco no acompanhamento para reconhecer bons profissionais e gerir com maior eficiência; garantia de clareza e objetividade quanto ao que se espera do servidor; foco no desenvolvimento permanente dele para alcance de melhores resultados; alinhamento da gestão de desempenho ao planejamento estratégico, orientação à atuação individual aos objetivos maiores da organização e promoção da melhoria contínua dos serviços prestados ao cidadão.

Tema já é abordado

Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, Leonardo Sultani participou de debate da Comissão Especial da Câmara, que analisa a reforma administrativa (PEC 32). A proposta é o primeiro passo da reestruturação da Administração Pública no país que o governo pretende implementar — e abre caminho para o projeto específico de avaliação.

Gestão de desempenho

Em contraponto ao projeto de avaliação de desempenho de servidores que ainda será apresentado pelo governo federal, as categorias vão entregar um texto próprio — com base nas experiências já praticadas no serviço público. O tema, inclusive, será debatido em 30 de julho em seminário promovido pelo Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) em parceria com o Movimento Pessoas à Frente.

O tema já vem sendo colocado no âmbito da discussão da reforma administrativa (PEC 32). No entanto, a proposta não prevê dispositivos que tratem do assunto. A ideia é se adiantar para elaborar um projeto técnico sem margens para ingerências no serviço público.

Cuidado com golpes de página fake do SouGov.br

Alguns servidores têm recebido mensagens via SMS e WhatsApp, solicitando informações e recadastramento para evitar suspensão de pagamento, de uma página semelhante à do portal Sougov.br. Cuidado é golpe! O próprio governo federal já emitiu nota alertando sobre as tentativas de fraude utilizando o SouGov.br. Servidor (a), fique atento! Não repasse seus dados pessoais e bancários, não clique em links enviados por WhatsApp de remetentes que você não conhece e não repasse informações sem checar a veracidade.



No dia 19/07 foi instalada a Comissão que ficará responsável por encaminhar o processo eleitoral do SINDSEP-MG – gestão 2021/2023. A Comissão Eleitoral, composta por José Felipe (Condsef/Fenadsef), Jair Paulino (Zona da Mata), Alfredo Lourenço (Norte), Benedito dos Santos (Central), Jurandir Dias (Noroeste) e José Renato Pereira (Sul), em sua primeira reunião já definiu o calendário eleitoral e o plano de trabalho. Rogério Expedito (Central) e Zilmar Petzold (Leste) participaram da reunião de maneira virtual.